

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	27
1.1 Apresentação do tema	27
CAPÍTULO 2 – ARCABOUÇO JURÍDICO DAS PARCE- RIAS	37
2.1 Programas federais de desestatização	37
2.2 Reformas do Estado (1990): inflação constitucional e le- gislativa	43
2.3 Lei das PPPs, programas subnacionais de parcerias e unidades de PPPs	49
2.4 Profusão de PMIs e criação da Estruturadora Brasileira de Projetos (EBP)	54
2.5 Parcerias do PAC e do PIL	58
2.6 O instrumento contratual como pilar da gestão contratu- al	64
CAPÍTULO 3 – PARA QUE FOI CRIADO O PPI?	69
3.1 Contexto de criação do PPI	69
3.2 Arranjo jurídico-institucional do PPI	75
3.2.1 Nota introdutória: a importância dos arranjos ins- titucionais	75

3.2.2	O componente jurídico dos arranjos institucionais.....	83
3.2.3	O arranjo jurídico-institucional do PPI: normas, atores e processos.....	86
3.2.4	O papel do FEP na política de fomento às parcerias subnacionais.....	99
3.3	Conclusões parciais.....	105

CAPÍTULO 4 – GESTÃO DAS PARCERIAS MUNICIPAIS DO PPI.....	107	
4.1	Por que olhar para as experiências municipais?.....	107
4.2	Parcerias municipais do PPI.....	111
	Tabela 1.....	113
4.3	Estruturas administrativas de gestão contratual.....	114
4.3.1	Concessão integrada de saneamento básico de São Simão (GO).....	114
4.3.1.1	Quem faz a gestão? Atores e distribuição de competências.....	114
4.3.1.2	Na prática, como tem sido feita a gestão?	116
4.3.2	Concessão de esgotamento sanitário do Crato (CE).....	118
4.3.2.1	Quem faz a gestão? Atores e distribuição de competências.....	118
4.3.2.2	Na prática, como tem sido feita a gestão?...	120
4.3.3	Concessão de resíduos sólidos do Consórcio Comares-Cariri (CE).....	122
4.3.3.1	Quem faz a gestão? Atores e distribuição de competências.....	122
4.3.3.2	Na prática, como tem sido feita a gestão?...	123
4.3.4	Concessões de resíduos sólidos do Consórcio Convale (MG).....	125
4.3.4.1	Quem faz a gestão? Atores e distribuição de competências.....	125

4.3.4.2	Na prática, como tem sido feita a gestão?...	127
4.3.5	PPP do hospital infantojuvenil de Guarulhos (SP)	128
4.3.5.1	Quem faz a gestão? Atores e distribuição de competências	128
4.3.5.2	Na prática, como tem sido feita a gestão?...	130
4.3.6	PPPs de iluminação pública	131
4.3.6.1	Quem faz a gestão? Atores e distribuição de competências	131
4.3.6.2	Na prática, como tem sido feita a gestão?...	135
4.3.7	Programas municipais de parcerias público-privadas.....	139
4.3.8	Conclusões parciais	141
4.4	Atuação dos órgãos de controle.....	143
4.4.1	Atuação do TCE-ES na PPP de iluminação pública de Vila Velha	143
4.4.2	Atuação do TCE-SP na PPP de iluminação pública de Campinas.....	147
4.4.3	Atuação do TCE-SP na PPP de iluminação pública de Franco da Rocha.....	149
4.4.4	Atuação do TCE-SP na PPP de iluminação pública de Ribeirão Preto	152
4.4.5	Atuação do TCE-PI na PPP de iluminação pública de Teresina.....	153
4.4.6	Atuação do TCE-PE na PPP de iluminação pública de Petrolina.....	156
4.4.7	Atuação do TJCE na concessão de esgotamento sanitário do Crato.....	157
4.4.8	Atuação do TJPA na PPP de iluminação pública de Belém.....	159
4.4.9	Conclusões parciais	160
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO		163
5.1	Qual era o objetivo do trabalho?.....	163
5.2	Quais foram as conclusões alcançadas?	164

5.2.1	O foco na estruturação de projetos.....	164
5.2.2	O governo federal é mais do que um agente estruturador de projetos.....	166
5.2.3	Pulverização da gestão das parcerias pelos municípios brasileiros	167
5.3	Considerações finais e reflexões prospectivas.....	169
	REFERÊNCIAS	175